

CLÁUDIO, Afonso

*gov. ES 1889-1890.

Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu em Mangaraí, município de Santa Leopoldina (ES), no dia 2 de agosto de 1859, filho de José Cláudio de Freitas Rosa e de Rosa Cláudio de Freitas Rosa. Assim como seu bisavô e avô, seu pai foi um proprietário rural bastante conhecido em Santa Leopoldina, mas Afonso Cláudio não seguiu o caminho escolhido por seus ascendentes, que se dedicaram à fazenda de Mangaraí.

Iniciou os estudos no Ateneu Provincial, no Espírito Santo, e fez uma parte do curso secundário no Colégio das Neves, no Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo-o, porém, no Ateneu Provincial. Em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Pela maior proximidade com a terra natal, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, mas aí permaneceu apenas cerca de dois anos, regressando em seguida para a Faculdade do Recife, pela qual se bacharelou em 1883. As ideias de Tobias Barreto e Sílvio Romero exerceram importante influência na sua formação. Fez conferências e escreveu em jornais sobre a causa abolicionista, e participou da fundação da Sociedade Libertadora Domingos Martins em 1883.

Depois de formado, voltou ao Espírito Santo, casou-se com Maria Espíndola de Freitas Rosa e dedicou-se à advocacia. De 1884 a 1887 foi procurador fiscal dos Feitos do Tesouro Provincial e em 1887 começou a lecionar geografia e história universal no Ateneu Provincial. Participou ativamente da campanha republicana, filiando-se ao Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim (ES), fundado em 1877, proferindo conferências e escrevendo nos jornais *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, e *A Tribuna*, de Anchieta (ES).

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi empossado como governador do estado do Espírito Santo em 20 de novembro. Sofrendo oposição de republicanos descontentes com seu governo e de parte dos monarquistas, licenciou-se por motivo de saúde em 9 de setembro de 1890, quando foi substituído por Constante Sodré, e acabou por renunciar em 20 de novembro, quando Henrique Coutinho assumiu seu lugar.

Em 1891 tornou-se desembargador e, logo depois, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Após um período de ausência para cuidar da saúde no Rio de Janeiro, retornou e foi designado procurador-geral do estado (1916-1917). Em 1920 aposentou-se

como desembargador e foi morar no Rio de Janeiro, dedicando-se ao magistério superior na Faculdade de Direito de Niterói.

Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, assim como da Academia Espírito-Santense de Letras, onde foi o primeiro ocupante da cadeira nº 1, e patrono da cadeira nº 27.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de junho de 1934.

Publicou *A insurreição do Queimado* (1884); *Comentário à Lei da Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo* (1894); *História da propaganda republicana no Espírito Santo* (1894); *Biografia do Dr. João Clímaco* (1902); *História da literatura espírito-santense* (1913); *As tribos: negros importados e sua distribuição no Brasil: os grandes mercados de escravos* (1914); *Conferência sobre Domingos Martins* (1914); *Estudos de direito romano: direito das pessoas* (1916); *Da retenção do cadáver do devedor em garantia do direito creditório, entre os romanos* (1916); *Bosquejo biográfico do Dr. Clóvis Bevilacqua* (1916); *Da exterritorialidade das leis reguladoras do Estado e capacidade das pessoas; Do divórcio e da conversão das sentenças de separação de corpos em dissolução do vínculo matrimonial, na jurisprudência internacional* (1916); *Comentário às leis do estado civil* (1917); *Discurso sobre o fuzilamento de Domingos Martins* (1917); *Da expressão do ideal no paganismo e no cristianismo* (1918); *Consultas e pareceres* (1919); *Do domínio e sua evolução no direito antigo e moderno: da preferência condominial no direito civil pátrio* (1920); *Gênesis da obrigação jurídica: do verdadeiro suporte psicológico da obrigação jurídica* (1921); *Trovas e cantares capixabas* (1923); *Elogio histórico do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte* (1924); *Direito romano: direito das coisas* (1927); *Comentários ao Código Civil Brasileiro* (1930); *Ensaio de sociologia, etnografia e crítica* (1931); *Rudimentos sobre a teoria dos contratos* (1934). A seu respeito Judith Freitas de Almeida Melo publicou o livro *Afonso Cláudio* (1959).

Sílvia Regina Ackermann

FONTES: COSTA, J. *Juristas*; MELLO, J. *Afonso*; RIBEIRO, F. *Academia*; VALLE, E. *Estado*.